



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL

Endereço telegráfico: *Talho-Lisboa* • Telefone 5339 O.

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

FOI PROCLAMADA A NOITE PASSADA

A GREVE DOS TRABALHADORES DOS JORNAIS

As empresas jornalísticas que constituem o bloco enviaram para os seus órgãos um escrito insidioso que os trabalhadores dos jornais consideram uma provocação

Foi abandonado o trabalho por jornalistas, compositores e distribuidores de jornais

Conforme noticiámos, reuniram no domingo, na sede da Associação de Classe dos Caixeiros, os trabalhadores dos jornais, afim de resolverem o caminho a seguir em face da resposta enviada pelas empresas jornalísticas às reclamações que lhes foram presentes em nome das Associações dos Trabalhadores da Imprensa, Compositores e Distribuidores de Jornais.

A resposta das empresas, lida à assembleia por um dos membros da comissão executiva, era assim concebida:

«Ex.ªs srs. Lútero de Moraes, António Santos, Manuel Maria Neves, Perfeito de Carvalho. — Em resposta às reclamações que constam de duas folhas impressas, entregues às Empresas Jornalísticas de Lisboa em 17 de Dezembro de 1920, e por incumbência das Direcções dos jornais abaixo mencionados, temos a honra de comunicar a v.ª ex.ª que por motivos óbvios não podem essas reclamações ser satisfeitas.

Pelas Direcções da *Vitória*, *Manhã*, *Luta*, *Epoca*, *Diário de Notícias* (2 edições), *Novidades*, *Correio da Manhã*, *Mundo*, *República*, *Século*, (2 edições), *Capital*, *Pátria*, *Situação*, *Noite*, *Opinião* e *Vanguarda*. — A comissão electa, Eduardo de Noronha (presidente), F. Mira, Hermano Neves.

Este documento, escrito em papel de 24 linhas, com a parte superior para baixo, e sem data, o que denota pouca tranquilidade da parte de quem o escreveu, e uma resposta assim incorrecta e como tal a considerou não só a comissão executiva, mas também a assembleia, que indignadamente se manifestou ao conhecê-la.

Depois de vários componentes da assembleia: jornalistas, distribuidores de jornais e compositores, terem usado da palavra, foi aprovada uma moção, assinada por representantes das três classes, em que se votava a greve em princípio e se davam poderes à comissão executiva para a efectivar quando o julgassem conveniente.

Supuzeram as empresas jornalísticas, representadas por uma comissão cujo presidente há de pertencer, ao que parece, a um jornal que possivelmente sairá daqui a alguns dias ou a alguns meses, que os trabalhadores dos jornais proclamarão a greve hoje mesmo, quando é certo que da parte dos nossos camaradas não havia tal propósito.

O facto, porém, é que as empresas jornalísticas, pelo seu procedimento desleal, anteciparam de alguns dias a eclosão da greve, que poderia ter sido evitada se da parte delas houvesse o sincero desejo de chegar a um acordo. Que semelhante intuito não animava as empresas jornalísticas prova-o o facto de se terem elas colocado num pé de absoluta intransigência, não oferecendo sequer ensino a que os delegados de ambas as partes pudessem discutir e, por mútuas transigências, arredar o conflito.

A greve foi proclamada na noite passada

E' evidente que os mentes das empresas — que não são precisamente os jornalistas que constituem a comissão que firma o ofício que acima se reproduz, mas outros homens de jornais que por razões várias se ocultam — é evidente que os mentes das empresas, iam não dizendo, estavam apostados em lançar os trabalhadores dos jornais na greve imediata. E foi-lhes fácil conseguí-lo.

Como? Enviando para os jornais da manhã que constituem o seu bloco o seguinte escrito: «A greve foi proclamada na noite passada».

Tendo sido anteontem, numa assembleia de Trabalhadores da Imprensa, deliberada em princípio a greve contra os jornais que actualmente se publicam nesta cidade, as empresas jornalísticas da capital resolveram tornar conhecida a seguinte declaração, que foi votada numa reunião das mesmas empresas, realizada em 31 de Janeiro último:

Pela Federação do Livro e do Jornal foi enviada às Empresas Jornalísticas de Lisboa, com data de 17 de Dezembro último, uma exposição em que se compendiam e patrocinam as reclamações feitas pelos chamados Sindicatos dos Trabalhadores da Imprensa, Compositores Tipográficos e Distribuidores de jornais.

Dessas reclamações umas, como do documento aludido consta, são de ordem material, sendo destas a mais importante a que fixa, para aumento de vencimentos, percentagens que vão desde 115 até 130 por cento; outras são de ordem moral e representam uma usada e perigosa invasão de atribuições da exclusiva competência das direcções dos jornais: tal é a que pretende que nenhum empregado seja despedido «sem justa causa», pois pressupõe a pretensão dos empregados se imiscuirem na apreciação da justiça que fundamenta a causa invocada para o despedimento.

Sem querermos entrar numa detida apreciação das reclamações de que se trata, frisaremos, contudo, o facto de se haverem retirado sob o patrocínio da Federação do Livro e do Jornal classes que entre si nada têm de comum no ponto de vista dos seus interesses pecuniários e condições de trabalho, como sejam a dos redactores e distribuidores de jornais. Tal facto dá, manifestamente, às reclamações assim apresentadas em conjunto um aparato de comunhão e solidariedade com que certamente se pretendem intimidar as Empresas Jornalísticas e de algum modo forçar-lhes a capitulação.

Mas, como derivado desde mesmo facto, um outro ponto, que reputamos da maior importância, convém que muito particularmente seja tomado em consideração.

Da comissão reclamante, em que figuram representantes das classes dos Trabalhadores da Imprensa, Compositores tipográficos e Distribuidores de jornais, faz também parte, como delegado da Federação do Livro e do Jornal, um redactor da *Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho. E, pois, evidente o intuito de colocar, sob a pressão e autoridade suprema deste último organismo operário, toda a imprensa de Lisboa, visto que diversos órgãos de execução dos seus serviços a ele resolvam submeter-se por intermédio de um representante do mesmo organismo.

A admitir-se uma tal coligação, a imprensa de Lisboa deixaria de representar as diversas correntes da opinião pública e cada jornal não poderia assegurar-se da facilidade de manter a orientação que a sua direcção entendesse dever imprimir-lhe, visto que o respectivo corpo redactorial, enfileirado à Confederação do Trabalho, só escreveria o que esta quizesse e sem dúvida nada que pudesse contrariar aquele organismo.

Teria assim findado a missão da imprensa, que tem de ser exercida em liberdade absoluta e incondicional dentro das ide. s e princípios que cada um dos seus órgãos se propõe envagular e defender. A imprensa, por tal forma manipulada, por tal forma escravizada, não teria mais razão de existir. Eis o perigo que cumpre defender.

Apreciado assim, se bem que ligeiramente, o aspecto das reclamações que nos são apresentadas e da forma por que o são, não podemos deixar de considerar também as circunstâncias materiais em que actualmente vive a imprensa de Lisboa. Em virtude do constante agravamento de salários, de preços das matérias primas, algumas das quais sofreram excessivos aumentos que ascenderam hoje a mais de 1.000 por cento, as empresas jornalísticas de Lisboa atravessam actualmente uma grave crise de que só esperam sair com uma grande dose de tenacidade e de espírito de sacrifício. Pode afirmar-se que nenhuma delas, mesmo as mais importantes, se mostram em condições de poder neste momento suportar novos encargos, e muito menos da natureza daqueles que se lhes pretende impor com as reclamações há pouco apresentadas, que, por tanto, nem sequer são de considerar por implicarem, em última análise, o desaparecimento da maior parte dos jornais que hoje se publicam.

Cumpre também notar que, de entre os que subscreveram as reclamações aludidas, alguns já delas se desligaram por as considerarem inopportunas em presença da situação difícil que a imprensa actualmente atravessa e outros muitos, que pertencem às classes reclamantes, não as subscreveram, por terem desde o seu início discordado do movimento levado a efeito e dos seus pretensos fundamentos, o que, portanto, tira às suas reclamações o carácter que se pretende dar-lhes, de reclamações das classes, em cujo nome se dizem serem elas feitas.

Perante a situação exposta resolvem os signatários deste documento o seguinte:

1.º Responder negativamente às reclamações agora feitas às Empresas Jornalísticas;
2.º Suspender todos os jornais logo que, por motivo da resolução procedente, em qualquer deles se manifeste a greve do seu pessoal;
3.º Fazer em tal caso duas edições, uma da manhã e outra da noite, de um jornal colectivo com pessoal não aderente ao movimento dos reclamantes;
4.º Que nenhuma das edições desse jornal revista o aspecto material de

qualquer actualmente existente em Lisboa;

5.º Que em hipótese alguma as Empresas desistam do direito de tratar directamente com o seu pessoal de redacção sobre quaisquer reclamações que individualmente os seus redactores entendam dever fazer;

6.º Que esta exposição, assinada com plenos poderes pelos representantes de todos os jornais, seja considerada como um compromisso formal por eles tomado e se publique nas duas edições referidas, não só para esclarecimento dos interessados mas também do público em geral.

Lisboa, 13 de Janeiro de 1921 — (a) — Pelo *Vitória*, Hermano Neves; pela *Manhã*, Luís Derouet; pela *Luta*, F. Mira; pela *Epoca*, J. Fernando de Sousa; pelo *Diário de Notícias*, (2 edições), Augusto de Castro; pelo *Mundo*, Carlos Alves; pelo *Século*, (2 edições), Manuel Guimarães; pela *Capital*, Manuel Guimarães; pela *Pátria*, Jorge Santos; pela *Situação*, Jorge de Assis; pela *Noite*, Alvaro Lima; pela *Opinião*, Carlos Faro; pela *Vanguarda*, Luís Derouet, em nome do sr. Pedro Muralha.

Esta declaração tem mais a adesão moral dos seguintes jornais que devem reaparecer em breve: *República*, António Granjo; *Novidades*, Eduardo Noronha; *Correio da Manhã*, Aníbal Soares.

Logo que o original deste alveísto documento — que amanhã apreciaremos — chegar às redacções dos jornais, o respectivo pessoal, quer jornalístico, quer tipográfico, manifestou a sua viva indignação contra tal baixo processo de combate, tendo partido emissários imediatamente para junto da comissão executiva, que verificando as excelentes disposições de espírito dos camaradas, deliberou aconselhar as classes a abandonar imediatamente o trabalho em todos aqueles jornais em que se pretendesse fazer inserir o documento.

Assim, o pessoal da redacção e revisão de *O Século*, numa unanimidade admirável, era o primeiro a dar um grande exemplo de solidariedade, gesto que mais tarde era secundado pelo pessoal tipográfico, tendo sido quase simultaneamente imitado o belo gesto dos camaradas de *O Século* pelo pessoal das mesmas secções do *Diário de Notícias*, *Pátria*, *Vitória*, *Situação*, *Mundo*, *Manhã* e *Epoca*, isto é, todos os jornais da manhã que constituem o bloco das empresas jornalísticas.

Está, portanto, declarada a greve naqueles jornais, possível sendo que ela se estende aos jornais da tarde que igualmente subscrevem a declaração das empresas.

Notas várias

A greve foi proclamada pouco depois da meia noite. Uma hora depois era enviada a guarda republicana a guardar os edifícios dos jornais onde o movimento fora proclamado.

E' possível que amanhã ou depois um conhecido jornalista realize num amplo salão de Lisboa uma conferência pública cujo tema será a seguinte: *Como se fazem os jornais*. A esta conferência outras se seguirão, também feitas por jornalistas.

Além de *A Batalha*, deve aparecer o *Jornal do Comércio*, cuja gerência tem negociações pendentes com a comissão executiva dos trabalhadores dos jornais.

Sabemos que vários homens de jornais estão diligenciando que o sr. Simão Laboreiro, director de *O Tempo*, que quando da última greve dos quadros tipográficos, teve uma violenta discussão com os representantes das empresas coligadas, se solidarize com os seus adversários de ontem.

Quem mais se tem destacado nessas diligências é o sr. Luís Derouet, precisamente um dos elementos que mais vivamente atacou o sr. Simão Laboreiro.

Os distribuidores de jornais convidam todos os camaradas a comparecer à assembleia magna que se realiza hoje, na sede.

A comissão executiva reúne às 12 horas no local do costume.

Os trabalhadores dos jornais reúnem hoje em sessão magna

A comissão executiva do movimento pró-aumento de salário dos trabalhadores

DEBATE DE OPINIÕES

Estratégia sindical

¿O nosso temperamento conforma-se com os processos de luta violentos?

Nós, os portugueses, revolucionários ou conservadores, somos todos anti-legistas. Respeitar uma lei, boa ou má que seja, foi cousa que ainda não entrou nos nossos hábitos, e a lei é de todos encolhemos os ombros num gesto de desdém e de abandono e passamos adiante. Tanto isto é assim no tocante a governantes como a governados. Não ligamos nenhuma às leis. Repontamos contra elas e há sempre uma alegre disposição em proceder fora da lei.

Mas quando queremos passar de simples desrespeito passivo pelas leis aos actos de violência extrema, a semelhança dos nossos colegas espanhóis, caímos no ridículo. Que querem? E' uma cousa que não nos está no sangue. Resmungos, maldizentes, propensos a caluniar e a intrigar, isso somos talvez com nenhum outro povo. Mas, mais nada. Somos brandos como borregos e não é uma invenção a *brandura dos nossos costumes*.

Nós seríamos lá capazes de fazer o que fazem os operários barceloneses! Actual histórico veja-se os atentados contra Alfredo da Silva e outros. Nada, não temos jeito para isso. Veja-se as nossas revoluções. Demanhã, muitos tiros, muita algazarra. A' tarde a peixeira e a hortaliçeira cortam os ares com os seus pregos e até as senhoras *chies* permitem-se visitar os estabelecimentos. Passou-se três dias aos tiros e no fim, quando toda a gente calcula os estragos e prejuízos numa enormidade, verifica-se que há 60 mortos e 200 feridos e quasi todos os atingidos são estranhos aos acontecimentos, isto é, são apanhados por acaso.

¿Associações secretas para fazerem cousas tremendas? Ai o que eu me rio disto. Pois somos um povo que vamos falar nas reuniões públicas da necessidade da organização secreta. E' cómico. Queremos passar por valentes quando não temos nenhum jeito para isso. E em tudo se manifesta a brandura

dos nossos costumes, nas graves como nas lutas políticas. Dizemos todos ao adversário: *Foge, senão mata-te*. E quando ele está fóra do nosso alcance, disparamos a pistola como para demonstrar que somos capazes de matar alguém.

Nas greves operárias, nós temos seguido um caminho errado, querendo imitar os espanhóis — nós somos imitadores como macacos — quando há processos de luta de resultados mais proveitosos que se coadunam perfeitamente com o nosso carácter pouco propenso às grandes aventuras.

Três greves, nos últimos tempos — a dos operários da Construção Civil, a dos ferroviários do Sul e Sueste e a dos operários do Município de Lisboa — vieram demonstrar que nós não tínhamos ainda afinado com a nossa estratégia predilecta — a greve dos braços caídos. Este é que é o processo de luta que melhor se conforma com o nosso temperamento. *Faz que anda, mas não anda*, tal deve ser a palavra de ordem nos futuros movimentos grevistas.

Pois naquelas três greves a que acima fizemos referência não se notou erros de direcção. A persistência na luta, a disciplina, o espírito de dedicação e sacrifício revelam-se exuberantemente. E entretanto porque se perderam aquelas greves? E' que nós não prestamos para as batalhas campaes e deve ser por forma diferente que deveremos triunfar nas campanhas futuras. *Faz que anda mas não anda*, eis a fórmula. Já os empregados telegráficos e os arsenalistas a usaram com o mais lisonjeiro dos resultados. E assim deve ser doravante. Nada de batalhas campais. E' preciso inutilizar as baionetas e as metralhadoras da guarda republicana, opondo-lhes o *faz que anda mas não anda*.

E não armemos em *Quixotes* para fazer rir os outros.

J. Carlos RATES

CONFERENCIAS

A Universidade Popular Portuguesa — A Catedral de Blasco Ibañez

Depois de ter falado, na sua última palestra, sobre a *Noite Dama*, de Hugo, *O Sonho*, de Zola e *A Catedral* de Huysmans, o sr. Câmara Reis falou ontem da *Catedral*, de Blasco Ibañez, notando a feição ao mesmo tempo pitoresca, doutrinária e um pouco declamatória dessa obra.

Hugo escolheu a velha catedral de Paris, Zola fantasiou uma catedral de sonho, Huysmans evocou com um extraordinário poder artístico a Catedral de Chartres.

Ibañez, podendo escolher entre tantas e tam belas catedrais da Espanha cristã, não tomou para cenário do seu livro nem a velusta catedral de Burgos nem a da mourisca Cordova, ou da maravilhosa e fulgente Sevilha. Enamorou-se da Catedral de Moledo, a velha cidade de evocadora onde não há o modernismo obtuso a falsear o encanto das velhas eras, onde as ruas, as vilas, os arcos, as frontarias, os palácios e as capelas, e as próprias figuras humanas parecem viver no harmonioso ritmo de um passado eternamente perdurável.

Toledo é uma cidade transportada da plena Idade Média para os nossos dias, como entre nós a vila de Obidos, a cidade de Évora, em França Arles ou a Suíça Lausanne.

Gabriel, o rebelde idealista, estropeia da pela vida e pela maldade humanas, vem acolher-se à sombra húmida das velhas naveas e dos silenciosos claustros. Prega o verbo sonhador das verdades novas. Perante as recordações do passado aviventa e enaltece as visões do futuro. Traça o quadro da Espanha de hoje em que os fantasmas do poderio, da crença, do fanatismo ainda envenam as almas mirradas. E, da sua semelhança de ideais, Gabriel colhe os frutos do ódio e do crime — e é ele o primeiro a succumbir às consequências involuntárias das suas pregações de visão.

Na próxima semana o sr. Câmara Reis fará a sua primeira palestra na Associação dos Caixeiros, na Rua António Maria Cardoso, sobre Vitor Hugo, e, na semana seguinte, falará, na sede da Universidade, sobre a *Catedral* de Manuel Ribeiro.

Partido Comunista Portuguez

Realizou-se ontem, pelas 21 horas, mais uma reunião da comissão organizadora do Partido Comunista Portuguez afim de, além de outros assuntos, discutir as bases do programa. A mesma comissão continua os seus trabalhos amanhã, pelas 20 horas.

Ferrovários da C. P. demitidos

Do sindicato ferroviário recebemos a seguinte comunicação:

Convidam-se todos os camaradas que ainda se encontram na situação de demitidos a inscrever-se na sede do sindicato, até ao dia 25 do corrente, afim de se apresentar a respectiva lista a entidades que se interessam pelo assunto. Os camaradas que se acham nestas condições, devem indicar os seus nomes por extenso, anno de idade, tempo que estiverem na Companhia, e a profissão que ali exerciam. Os da provincia devem ouvir estas indicações pelo correio.

A ACÇÃO POLICIAL

Em plena inquisição

António Formigo, um dos inocentes condenados pelo tribunal do Cartaxo, conta à BATA-LHA os maus tratos que sofreu

Enquanto que em João do Carmo Oliveira se notam facilmente os efeitos da perseguição que lhe tem sido movida, em António Formigo eles são menos visíveis. Este possui uma robusta compleição física, enquanto que a daquelle é mais fraca. No primeiro nota-se logo que o sofrimento moral e físico produziu mais estragos.

A António Formigo, conforme ele nos disse e outras pessoas no-lo confirmaram, nunca o abandonou a esperança de que um dia tudo se viria a descobrir, e que lhes haviam de fazer justiça. João do Carmo Oliveira não partilhava tanto das esperanças do seu companheiro de desgraça, confiava menos na bondade dos homens, pois sentia todo o peso do ódio politico que lhe votavam, conhecia demasiado a rancorosa tenacidade dos seus inimigos, que seriam capazes de tudo para se desfazerem dele.

A situação de um e de outro era bem diferente. António Formigo não tinha contra si os profundos ódios pessoais e politicos, que procuravam ferir de morte o Oliveira, e isso tinha uma grande influencia para o caso.

Tudo leva a crer que, envolvendo-o no caso, se procurou, sem dúvida, exercer uma vingança por parte dos verdadeiros autores do crime, mas o que mais concorrera para o arrastar até à prisão, fóra o facto de ser muito amigo de Oliveira.

— O amigo chegou a estar algemado? perguntámos.

— Sim, senhor. Uma das vezes desde a minha noite de um dia até às 7 horas da manhã do dia seguinte, e davam so- de de cavallo marinho, para que eu confessasse o que elles queriam.

— Mas que grande patifaria, ajuntámos.

— Foram uns grandes malvados. Eu levei tanta pancada que já não sentia o corpo da cintura para cima. Dizem que era por causa do sangue não circular bem nas veias, devido às algemas que me faziam inchar os braços.

— Eu sofria tanto que pensei algumas vezes em matar-me, atirando-me de cabeça contra uns espetos que havia dos lados da porta da casa onde éramos interrogados. Mas, ao mesmo tempo, lembrava-me que a minha morte ia prejudicar o Oliveira, que estava tão inocente como eu, e depois perdi aquela má idea.

Esta declaração feita com a rudeza da sua alma simples, mostra que o seu intuíto é bem diferente e muito superior ao daqueles que o torturavam. Ante a dor física que lhe tornava insuportável a existência e a perda dum homem, que as inconsciências da vida amanhã podiam transformar num seu inimigo, ele preferiu o sofrimento e a morte para vencer o desespero que começava a apressar-se dele.

— Veja lá o senhor, continuou o Formigo, eu sofria tanto, estava tam desesperado, que, mais duma vez, quando o tal senhor Daniel Maria me apontava a sua pistola à cara e ao peito, eu lhe disse: «Mate-me, senhor, que mata um inocente e eu perdou-lhe. Mas a minha morte!»

Se não se soubesse desde há muito o que são e o que valem a quasi totalidade dos elementos da policia, este caso elucidar-nos-ia por completo. Como tínhamos tocado os pontos que nos interessavam, desviámos a conversa, perguntando ao Formigo se tinha filhos.

— Sim, senhor, tenho dois pequeninos, diz-nos ele num tom de voz em que desaparecera por completo a natural indignação que lhe provocara a lembrança dos maus tratos sofridos.

António Formigo tem todo o tipo de trabalhador do campo, e deu-nos a impressão duma alma franca e dedicada; é uma criatura humilde e inculca, mas conversa-se com elle com agrado, a sua rudeza não nos fere, como acontece com muitos engravatados, nos quais a grosseria das vezes se manifesta, apesar do verniz de civilização com que procuram occultar as características do que tem lá dentro.

Sabendo o que nos levava ao Cartaxo, o interesse que *A Batalha* tomava em tornar pública a injustiça de que haviam sido vítimas ele e o seu companheiro, António Formigo teve um leve sorriso de agradecimento, e começou reproduzindo a narrativa de muitos factos que já nos haviam sido contados por Oliveira.

Deixámos-o falar um bom bocado, embora o que mais nos interessasse não fosse a confirmação de certas peripécias do crime por que haviam sido condenados.

A certa altura, interrompemo-lo, dirigindo-lhe a pergunta:

— O senhor foi maltratado pelas autoridades durante os interrogatórios? António Formigo animava-se, a sua voz elevava-se um pouco, percebe-se que ele vai entrar na exposição da parte mais dolorosa daqueles infernaes onze meses de cativeiro.

— Sim, senhor, fomos maltratados pelas autoridades, especialmente pelo agente da policia de Lisboa, Daniel Maria. Diga isso lá no seu jornal. Com o Oliveira ainda eles tiveram uma certa consideração, mas a mim, naturalmente, por ser um simples trabalhador, trataram-me mais desalmadamente. O Oliveira, embora o tivessem metido a alguns dias no segredo, sem lhe dar de comer e de beber, não levou tanta pancada como eu.

Consequamos a confirmação dum dos

pontos que mais interesse tínhamos em pôr ante os olhos dos leitores, que não podem deixar de indignar-se contra um cobarde e vil procedimento das autoridades.

— Ah, meu senhor, lembrar-me eu que foi a primeira vez que levei pancada, continuou com amargura o Formigo. Até esta idade ninguém me tinha batido nem eu tinha batido em qualquer pessoa. Se isso aconteceu, foi quando era criança, mas não me lembro de qualquer coisa nesse sentido. Creia, foi o que mais me custou. Estar inocente e ainda por cima levar pancada, sem poder defender-me!

«Tenho dois pequeninos, meus queridos filhos», repetiu ele com certa tristeza; e essa gente que me quer mal, é tam malvada, imagine o senhor, que ao mais velhinho lhe tem dito que eles são filhos dum assassino. Mesmo que fosse assim, não lhe deviam dizer isso, porque eles não tinham culpa, não é verdade?

— Sem dúvida, meu amigo. Quem tal faz mostra uma espantosa baixeza de sentimentos; nem mesmo há palavras para castigar um tam vil procedimento, respondemos-lhe.

Depois, para concluirmos, quizeámos ouvi-lo sobre o estúpido e indigno vexame que lhe haviam imposto no tribunal, no dia do julgamento, interrogando-o nesse sentido.

— Ah, o senhor também já sabe isso! Foi uma vergonha que me há de acompanhar até à morte. Imagine que, diante de toda aquela gente, me fizeram andar, dum lado para outro, com um indivíduo às costas, para que as testemunhas que nos queriam *enterrar*, dissessem se era eu o fulano que elles diziam ter visto levar o meu afilhado para o sitio onde elle appareceu morto. Confesso, estou arrependido de não ter atirado com o homem ao chão, pois uma coisa assim não se faz; é demais, fizeram pouco dum homem que tem a desgraça de estar preso!

Creemos que é a primeira vez que num tribunal se desse a tal procedimento. Impor um vexame de tal natureza a um infeliz que não pode defender-se, é uma acção estúpida e revoltante. O autor de tam triste idea foi, pelos modos, um sr. Gomes, farmacêutico. Ele e os outros que lhe acceitaram o alívio, não gostariam, certamente, que procedessem com elles de igual forma, se tivessem a infelicidade de se encontrarem em circunstâncias idênticas. E dum mau quarto de hora ninguém se livra.

António Formigo tinha-nos fornecido belos elementos para confirmar o que vale a perspicácia, a sagacidade, a inteligência dos celebrados agentes, que a imprensa burguesa não se farta de elogiar.

Quanto a desgraçados inocentes não se confessam criminosos à força de pancada? E o mal deles é terem a fraqueza de confessarem uma vez. Ficam perdidos.

Em França

A C. G. T. continuará existindo

PARIS, 17. — *L'Humanité* escreve, comentando a dissolução da Confederação Geral do Trabalho: «E' um facto muito engraçado que teria gerado os nossos antepassados. E' muito divertido que três magistrados reunidos numa sala lóbrega do palácio da justiça decidam simplesmente que o sindicato franco-francês renuncie ao seu esforço ao seu ideal, à sua vida inteira. O proletariado responderá».

Na sede da C. G. T. o secretário geral sr. Laurent declarou que a Confederação continuará existindo. Os 450 sindicatos filiados existirão agrupados em 50 federações. — *Rádio*.

Uma conferência

Impedida pela policia de realizar-se

Ontem na sede da C. G. T. não se pôde realizar até ao final a conferência que o sr. Luciano Silva se propunha fazer sobre anti-alcoolicismo, porque a policia não o permitiu.

No entanto ainda se chegou a formar a Liga Anti-Alcoólica que já conta numerosos adherentes.

A fúria da policia é tal em proibir reuniões, que mesmo conferências como esta, que nada tem de subversivo, são proibidas.

E' natural, aos governos não convém a propaganda anti-alcoólica porque esclarece os espiritos.

RECLAMAÇÕES CORPORATIVAS

Gráficos das casas de obras

De harmonia com a doutrina da última circular distribuída pelas casas de obras, devem comparecer hoje, pelas 21 horas, munidos das respectivas credenciais, os camaradas delegados dos quadros dessas casas, para, conjuntamente com a comissão de estudo, resolverem assuntos da mais alta importância que se prendem com o movimento em trânsito.

Vende-se em Paris na Rue d'Abbeville, n.º 18

